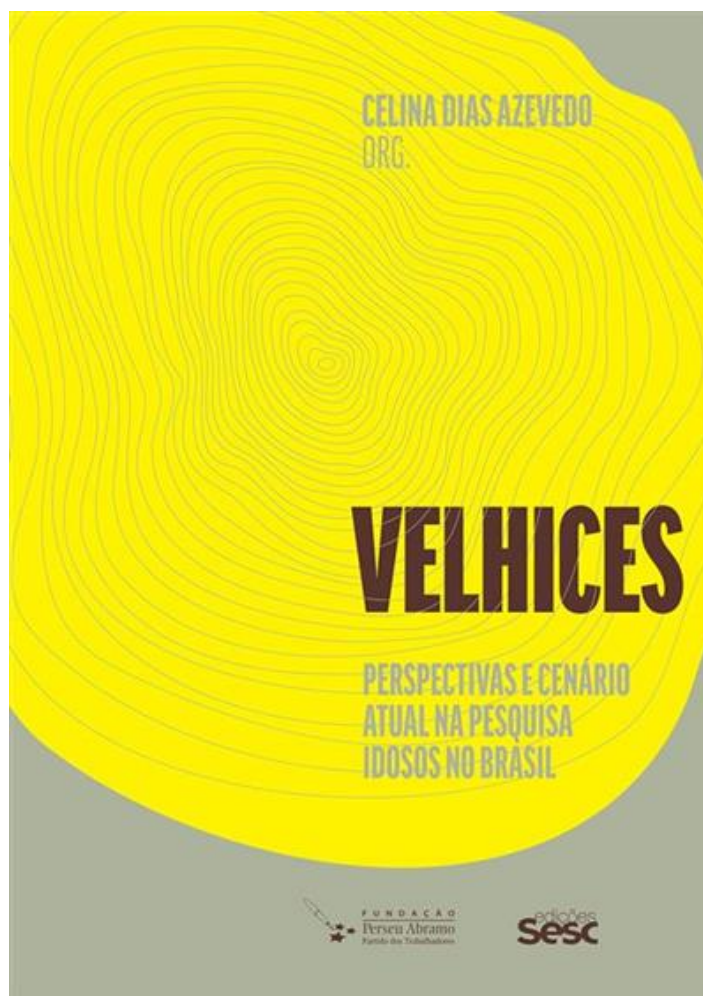


## LIVRO - Resenha

**Velhices no Brasil:  
estudo aponta caminhos possíveis<sup>1</sup>**

*Alê Almeida*

No final de 2023, o IBGE publicou os primeiros resultados do Censo 2022, especialmente aqueles relacionados à nossa pirâmide etária, que atualmente, mais lembra a forma de um barril, ou seja, redução da taxa de natalidade, aumento da idade mediana e da expectativa de vida. A população com 60 anos ou mais de idade cresceu 56%, nos últimos doze anos<sup>i</sup>, projeções recentes indicam que até 2030 essa faixa etária representará 20% da população brasileira e em 2050, 30%<sup>ii</sup>. Somam-se ao crescente envelhecimento da população, os novos arranjos familiares, as crises climáticas e sanitárias. É nesse contexto que recebemos a pesquisa Velhices: perspectivas e cenário

<sup>1</sup> N.E. Publicado originalmente IN **TEORIAeDEBATE**, Edição 242, 01.março.2024. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/estante/velhices-no-brasil-estudo-aponta-caminhos-possiveis/>

atual na pesquisa idosos no Brasil, organizado por Celina Dias Azevedo<sup>iii</sup>, publicado pela Fundação Perseu Abramo e pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), trata-se de um estudo profundo, e ao mesmo tempo delicado e acessível. Mais do que revelar o quadro das velhices no Brasil, o estudo aponta caminhos possíveis para que agentes públicas/os, acadêmicas/os e cada pessoa, organizada ou não, sejam educadas para as velhices.

*Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil*, teve sua primeira edição em 2006, sob o título *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*<sup>iv</sup>, naquele momento o objetivo de pesquisa foi apreender o imaginário social sobre o envelhecimento entre a população urbana no país, na pesquisa atual foi ampliado o escopo da anterior utilizando, de modo complementar, métodos qualitativos e quantitativos, foram aproximadamente 120 questões distribuídas entre os dois métodos, que investigaram: Perfil Sociodemográfico, Identidade e autoimagem do idoso, Preocupação com a morte, Estatuto da Pessoa Idosa e direitos, Educação, Saúde, Relações familiares e laços afetivos, Instituições de longa permanência, Violência, desrespeito e maltrato ao idoso, Lazer, Trabalho Remunerado e renda e Reforma da previdência e aposentadoria<sup>v</sup>, junto a 4.144 pessoas (2.369 pessoas com 60 anos ou mais, e 1.775 pessoas entre 16 e 59 anos de idade), em 234 municípios distribuídos nas cinco regiões do país. Temos assim, um minucioso planejamento de pesquisa e uma considerável base de dados trabalhados por mais de duzentos profissionais, com excelente rigor e esforço metodológico.

Os dados coletados foram trabalhados em catorze ensaios temáticos, que buscaram responder questões relacionadas ao lugar da mídia na produção do capital simbólico sobre pessoas idosas em tempos de pandemia; famílias como o lugar natural ou cultural do cuidado; o trabalho como um valor econômico-social para determinadas velhices; o resultado do racismo estrutural na última etapa etária da vida de pessoas negras; dignidade no acesso à serviços públicos de saúde para a pessoas amazônidas idosas; resultados da intersecção mulher-idosa-negra-empobrecida no processo de envelhecimento; integralidade e intersectorialidade das políticas públicas para população com 60 anos ou mais; entre outras. A leitura dos ensaios é uma oportunidade para leitoras e leitores aprofundarem conhecimentos sobre as diferentes formas e situações dos processos de envelhecimentos, ao qual todas as pessoas estão sujeitas, seja pelo envelhecimento de si mesmas ou de pessoas de suas redes de relações. Os ensaios oferecem, ainda, diagnósticos e problematizações do e para o nosso tempo, que se traduzem em potentes referências para atualização dos ciclos de políticas públicas (agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação), desenvolvimento de novos projetos de pesquisa acadêmica (tanto na área das exatas, quanto das humanas e sociais) e planejamento de ações para incidência política, isto porque, se não destruímos as condições necessárias para a vida humana, na próxima década seremos o sexto país com maior número de pessoas idosas no mundo, sendo assim, nas palavras de Paiva e Silva, "o futuro, de verdade, é a velhice"<sup>vi</sup>.

Os ensaios, resumidos abaixo, são interdisciplinares e, além de qualificar o entendimento sobre as velhices, têm em comum: 1) análise interseccional que revela a heterogeneidade do envelhecimento e assim, da heterogeneidade das ações e políticas necessárias para o atendimento da população idosa; 2) compreensão de que os desfechos (em saúde, educação, moradia, renda etc) na última etapa de vida, são resultados dos diversos tipos de trajetórias sociais, determinadas por decisões políticas, aspectos culturais e ambientais; 3) escuta atenta e ativa das pessoas idosas; 4) políticas de cuidados tratadas de modo intersectorial, localizando-as no campo dos Direitos Humanos e Sociais; 5) atualização dos saberes sobre a significação daquilo que representaria ser uma pessoa com 60 anos ou mais de idade, em diálogo com questões de gênero, raça, classe e território.

*Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil*, traz em sua capa uma ilustração que lembra o interior do tronco de uma árvore. Emanuele Coccia, em seu livro “A Vida das Plantas: Uma Metafísica da Mistura” (2016), entende os troncos das árvores como testemunhas silenciosas das mudanças climáticas, das transformações do tempo. Cada árvore, por meio de cada anel de seu tronco, conta uma história vivida, enfrentada, superada ou não. Assim é a presente publicação.

## Dos Ensaios

Os ensaios foram desenvolvidos por autoras/es que atuam nos campos da Antropologia, Artes, Comunicação, Economia, Educação, Filosofia, História, Psicologia, Saúde, Serviço Social, Sociologia e Saúde, essa pluralidade de saberes, apresentadas resumidamente a seguir, demonstram o quanto são (ou devem ser) complementares na leitura e incidência nas velhices. O lugar da mídia na produção do capital simbólico sobre pessoas idosas, em tempos de pandemia, abre a nossa leitura.

A pandemia da Covid-19 revelou como os marcadores sociais da diferença incidem sobre as vidas de diferentes grupos sociais, determinando quais grupos têm mais chances de se protegerem e assim, viverem, e aqueles com menos ou nenhuma chance. Valmir Moratelli<sup>i</sup> e Tatiana Siciliano<sup>ii</sup> analisam essa organização social pela lente da mídia, especialmente pelo estudo de caso das reportagens do *Jornal O Globo*, no período de janeiro/2021 a janeiro/2022, essa análise é precedida por matérias divulgadas em diversos veículos em 2020, que atribuiu às pessoas idosas o foco da doença. O ensaio *A dor da gente não sai no jornal: a retórica neoliberal em notícias sobre vacinação de idosos contra Covid-19* oferece um percurso histórico relativo à significação das pessoas idosas no imaginário social, tomando-as como doentes, improdutivas, um peso social e, nos moldes atuais de produção, obsoletas e assim, descartáveis. No estudo de caso, dentre os diversos achados, está a publicidade dada à ideia de vacinar a população adolescente antes da população idosa, a hipótese levantada para analisar esse dado e que resume a problematização apresentada no ensaio, foi a “explícita demonstração de como o descarte de idosos é cogitado na naturalidade do debate público” (p. 40), configurando o etarismo como uma prática social. A leitura estimula diversas inquietações fomentadas pela mídia, como a perpetuação de estigmas em extratos sociais historicamente vulnerabilizados, a descartabilidade do que se entende como velho, coisas ou pessoas, e ainda prepara o nosso olhar para o que é entendido como ideal: a família como lugar natural para atividades relacionadas ao cuidar, tema do próximo ensaio.

A ideia “o melhor lugar para envelhecer é a família”, difundida pela gerontologia internacional, é colocada no ensaio de Solange Maria Teixeira<sup>iii</sup>, *Envelhecimento em família*, como um questionamento e é este tipo de tratamento que nos estimula a refletir sobre o que seria natural ou cultural. Existe um responsável ideal pelo cuidado do processo de envelhecimento? Se existe, ele está na ordem do privado ou do público? Ele tem gênero, raça e classe específicas? Essas categorias estariam separadas ou interseccionadas? A autora provoca reflexões nas quais estão as contradições familiares que lidam com políticas sociais de traços familistas e sobrecarregam as mulheres. Mais do que promover reflexões de âmbito individual – já que todas as pessoas são ou serão impactadas pelas velhices de si mesmas e/ou das pessoas de suas redes de relações – o ensaio trabalha dados relevantes para formulação de políticas de cuidados, antecipando novas necessidades em um contexto social no qual a ideia de família, como suporte primeiro do cuidado, não mais existirá em um futuro próximo. A autora ainda chama a atenção para a análise das trajetórias dos diferentes grupos sociais marcados por questões de gênero, raça e classe,

que interseccionadas, resultam em tipos específicos de acesso aos direitos sociais e civis, configurando assim modos diferentes de envelhecer. Neste sentido, políticas públicas que cuidam das etapas que antecedem a velhice, especialmente dos grupos historicamente vulnerabilizados, têm como potência a promoção de velhices que sejam experienciadas como mais uma fase do processo de vida, com ou sem o suporte das famílias.

As contradições têm incidido sobre as experiências sociais das pessoas idosas, entre elas está o lazer, um direito previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem sido significado como atividade de baixa importância por não se tratar de um tempo produtivo, no entanto, passado esse tempo e com a chegada da “tão sonhada aposentadoria” o lazer teria lugar. É nesse mesmo tempo que trabalhadoras e trabalhadores, dado o resultado do processo de adoecimento de seus corpos e de uma vida de pauperização, não possuem condições físicas e materiais para viver aquele sonho. Essa contradição é trabalhada por Regiane C. Galante<sup>iv</sup> no ensaio *Lazer e envelhecimento satisfatório*, “justamente quando poderíamos permitir experiências outras de vida incluindo o lazer, porque nos sobrar tempo, já não teremos condições para isso porque nos faltará saúde [...] parece que nos faltará dinheiro também” (p. 65). Embora as pessoas idosas entrevistadas tenham dedicado suas vidas ao trabalho assalariado, vivem essa última etapa da vida com profundas dificuldades financeiras, este é o principal fator que as impede de envelhecer satisfatoriamente<sup>v</sup>. Destaca-se que 93% (mesmo resultado da pesquisa de 2006) das pessoas entrevistadas, assistem TV no tempo livre, sendo que apenas 21% o fazem por escolha. As escolhas das pessoas idosas têm tido pouca relevância na construção da agenda de políticas sociais, entre elas, as educacionais, nosso próximo tema.

Com taxas cada vez menores de natalidade e mortalidade, resultando no crescimento da população idosa, a discussão sobre a formulação de políticas que garantam os direitos sociais dessa faixa-etária se coloca como uma pauta urgente. No ensaio *Se alguém perguntar por mim, diz que fui por aí: ensaio sobre uma educação que [des]inquieta*, de Cinthia Lúcia de Oliveira Siqueira<sup>vi</sup> e Lisa Valéria Torres<sup>vii</sup>, é discutido o direito à Educação por meio dos estudos da Gerontologia Educativa, da Sociologia do Envelhecimento e das iniciativas das Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs), para que a última etapa da vida seja compreendida e acolhida como acontecimento, invenção e resistência, e à pessoa idosa seja oportunizada a leitura do mundo e sua intervenção como sujeito potente e criativo. As autoras apontam ainda a baixa taxa de escolaridade entre as pessoas idosas, sendo mais acentuada em pessoas negras e do gênero feminino. Neste sentido, políticas educacionais para pessoas idosas, além do acolhimento e do reposicionamento social dessa população, têm a potência de “mitigar a exclusão escolar a que eles foram/são submetidos” (p. 90). O ensaio nos ajuda a compreender a potência das Políticas de Educação para pessoas idosas e ainda, para a necessidade de nos educarmos para elas.

“Envelhecer é um processo único e peculiar para quem o vive” (p. 105), é ainda um desafio para pessoas que estudam o envelhecimento humano, dada a diversidade de temas e variáveis que atuam sobre cada experiência do envelhecer. O tema saúde e as variáveis culturas, territórios, condições físicas e ambientais versus bem-estar, estilos de vida e acesso à equipamentos públicos são analisados por Tatiane Bahia do Vale Silva<sup>viii</sup>, Everaldo Pinheiro da Mota Júnior<sup>ix</sup> e João Paulo Menezes Lima<sup>x</sup> no ensaio *O envelhecer na multiplicidade dos Brasis: aspectos relacionados à saúde*. A autora e os autores desenvolvem suas análises por meio das seguintes perguntas de partida: 1) ter acesso à saúde basta? 2) como são tratadas as pessoas idosas? 3) pessoas negras idosas são tratadas da mesma forma? 4) como são tratadas as pessoas amazônicas idosas? Esta última é o centro da discussão, pois interseccionam as variáveis citadas e contribui para a

análise do conceito de “Envelhecimento Saudável<sup>xii</sup>”. O ensaio trata os dados relativos ao acesso aos serviços públicos de saúde, especialmente a importância da Atenção Primária, que contribui para a redução dos custos dos tratamentos de alta complexidade, mas principalmente para a prevenção dos agravos relacionados às doenças crônicas que podem levar à perda da capacidade funcional da população idosa. A autora e os autores reforçam – assim como nos demais ensaios da publicação – que envelhecer é um processo heterogêneo, sendo que os desfechos em saúde são determinados por aspectos culturais e infraestruturais, e ainda pela influência dos modelos políticos e socioeconômicos, este último, abordado por Marcio Pochmann, a seguir.

Atualmente, uma família a cada quatro, tem como chefe ou referência do domicílio pessoas com 60 anos ou mais de idade e concentram 37% da renda das brasileiras e brasileiros. O Censo 2022 revelou que essa faixa etária corresponde a 15,6% da população – 81,7% cobertas pela Previdência Social –, as projeções mais recentes indicam que no ano de 2030 serão 20% e em 2060, 44,4%. A trajetória da evolução desses dados, desde o século 18, é analisada por Marcio Pochmann<sup>xiii</sup> no ensaio *Renda, consumo e aposentadoria*, as seções A preocupação governamental com idosos ao longo do tempo, A inserção dos idosos na virada do século 21 e Mudança demográfica e perspectivas dos idosos no Brasil, apresentam evidências de que o avanço da longevidade fundamenta um novo percurso de oportunidades substanciais aos modos de vida na sociedade. No entanto, o autor aponta que esse novo percurso requer medidas anteriores, começando pela compreensão de que o prolongamento das vidas abre horizontes de reorganização da sociedade em novas bases e em novas significações das inevitáveis etapas etárias, das quais, os 60 anos ou mais têm lugar de potência criativa e econômica. É preciso ainda, nos setores públicos e privados, superar as antigas ideias de que a velhice é um fardo social, reposicionando estudos, estratégias e políticas na e para a contemporaneidade. A superação de modelos antigos de pensamento, que reduzem a pluralidade dos modos de ser e estar, é tema do próximo ensaio.

A ideia de que o tempo determina binarismos – selvagem/civilizado, trabalho improdutivo/trabalho produtivo, juventude/velhice, virilidade/impotência etc. – é trabalhado por Geni Núñez<sup>xiii</sup> no ensaio *As monoculturas do tempo: uma conversa sobre etarismo*. A cultura imposta pelo colonialismo cristão – um sistema de adestramento –, é o ponto de partida para a compreensão de como essa ideia de tempo nega a diversidade das vidas e das autonomias, configurando-se como uma monocultura do ser e estar no mundo, no qual, cada etapa da vida tem exercícios determinados, dentre eles, a autora debate o exercício da sexualidade e da afetividade, através da chave de leitura do etarismo. A autora revela que discursos etaristas que associam as pessoas idosas à impotência sexual, ocultam o fato de que pessoas jovens “não são onipotentes, nem no sexo, nem no trabalho, nem na saúde” (p. 141). Neste sentido, tais discursos promovem, de um lado, o temor pela chegada de uma fase inevitável da vida, e, de outro, a negligência nos serviços de saúde, cultura, educação e lazer, já que às pessoas idosas o exercício permitido seria apenas o de esperar pela morte, da qual, a maioria das pessoas entrevistadas pela pesquisa, não mais sentem medo, especialmente as pessoas racializadas<sup>xiv</sup>. A heterogeneidade do envelhecer e morrer, pela chave do trabalho como razão para viver, é discutida abaixo.

As desigualdades e iniquidades, que acompanham as trajetórias das diversas vidas de brasileiras e brasileiros da classe trabalhadora, aglutinam-se e manifestam-se na última etapa etária, configurando formas diferentes de envelhecer e morrer, como analisado por Gustavo Assano<sup>xv</sup> no ensaio *Envelhecer e morrer hoje no Brasil*. A análise é desenvolvida a partir da desumanização das pessoas idosas sob os valores e princípios do neoliberalismo, no qual o nosso sistema econômico coloca o trabalho como a única razão

para viver, sendo assim, não haveria lugar para pessoas que não produzem, portanto podem ser descartadas. Afirmando que “durante toda a duração da existência da ordem social capitalista os idosos foram tratados como párias, [...] a velhice entendida como doença, [...] os idosos definidos pela inatividade”, o autor provoca: “é possível morrer com dignidade no Brasil contemporâneo?” (p. 153, 156). Assano dialoga com Pochmann e Núñez, quando aborda a necessidade de romper com imperativos sociais que tratam a velhice como doença e que entendem a diminuição da juventude como equivalente à incapacidade de desejar e imaginar. O ensaio traz a perspectiva de que talvez nunca tenha existido um momento histórico tão propício para recriar relações sociais nas quais as pessoas idosas têm lugar nas trocas de saberes, do contrário, prevalecerá a lógica de descartar habilidades de todas as pessoas consideradas incapazes, dentre elas estão todas as idosas, mas “também uma considerável fração de jovens” e de demais grupos vulnerabilizados. A recriação de relações sociais tem a potência de atualizar os imaginários sociais, estimulando a promoção de políticas públicas que dialoguem com as complexidades de nosso tempo, conforme analisado a seguir.

Diante da afirmação de que a garantia e efetivação de políticas públicas de Seguridade Social, por si só não enfrentam, em seus conteúdos, o sistema que produz as desigualdades sociais, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva<sup>xvi</sup> e Vanessa Paloma de Lima Silva<sup>xvii</sup>, utilizam a perspectiva da Totalidade Social, para compreender que a proteção das pessoas idosas se dá pela formulação e implementação de políticas sociais integradas. As autoras, no ensaio *Direitos e políticas públicas: considerações sobre a realidade vivenciada por pessoas idosas no Brasil*, pontuam que o imaginário social e o sistema do capital, que compreendem a velhice como tragédia, contamina o ciclo de políticas públicas, neste sentido, a proteção das pessoas idosas encontra desafios sistêmicos iniciados na desproteção das infâncias e das juventudes, especialmente as marcadas pelas desigualdades de gênero, raça, classe e território. Ressalta-se ainda que a complexidade conjuntural, que de modo inédito para nossa geração, envolve ao mesmo tempo conflitos entre nações, crises climáticas e sanitárias, por exemplo, acentuam a necessidade de políticas públicas também complexas para a população com elevada esperança média de vida. Destaca-se que as mulheres compõem a maior faixa de pessoas idosas no Brasil e o próximo ensaio trata dos impactos dos marcadores sociais da diferença no envelhecimento dessa população.

*Feminização da velhice: desigualdades de gênero e seus impactos no processo de envelhecimento* de Naylana Paixão<sup>xviii</sup> destaca o expressivo crescimento no número de mulheres na população envelhecida e como a intersecção das variáveis raça, classe, territórios e trajetórias de tipos de trabalho influenciam a qualidade de suas condições físicas, psíquicas e materiais. Os dados analisados revelam que o crescimento da expectativa de vida das mulheres não tem se traduzido em crescimento da qualidade de suas vidas. Paixão, apresenta dados e análises importantes e sensíveis – muitos deles restritos à experiência das mulheres no ambiente particular/doméstico – para fomentar estudos, incidência e formulação de políticas, tais como: 1) para as mulheres, a faixa etária considerada idosa, tem início antes dos 60 anos de idade, sendo mais perceptível na discriminação para inserção no mercado de trabalho; 2) aos 60 ou mais de idade, 40% dessas mulheres são responsáveis por seus domicílios; 3) as atividades associadas ao ato de cuidar, socialmente atribuídas às mulheres, seguem até o final de suas vidas, quando elas mesmas também precisam de cuidados; 4) as mulheres negras idosas, além da responsabilidade como chefes de família, são sobrecarregadas e exploradas financeira e emocionalmente, pelas pessoas do seu entorno.

A incidência do racismo no mercado de trabalho e seus resultados nas condições de vida das pessoas trabalhadoras, negras e idosas, são analisadas por Tereza Martins<sup>xix</sup> no ensaio *Racismo no Brasil: a condição diferenciada de envelhecer dos/as trabalhadores/as negros/as*. Martins reforça que a presença do racismo se expressa no desemprego, na informalidade e nas relações de trabalho durante toda a vida da população negra, culminando em uma velhice socialmente desprotegida e precarizada. O ensaio percorre a trajetória dos tipos de acesso ao mercado de trabalho no Brasil, no qual foi determinado um tipo ideal de trabalhador formal, em geral a pessoa não negra, o resultado dessa trajetória é uma população negra e idosa, especialmente as mulheres, com corpos adoecidos, dadas as condições de trabalho a que foram expostos, e que dificilmente tem a oportunidade de parar de trabalhar, em razão da equação entre 1) corresponsabilidade financeira para com a família e 2) os baixos recursos provenientes da Previdência Social ou até mesmo pela ausência deles. A autora destaca que é preciso desconstruir o caráter de Cidadania Regulada das políticas previdenciárias, para dar lugar ao atendimento das necessidades específicas das populações historicamente desqualificadas e oprimidas.

Dentre as necessidades específicas, temos a questão da moradia, tema de Michelle Ferret, a seguir. A relação entre a representação do que é ser útil socialmente, a importância da moradia para as pessoas e os medos que envolvem a ideia de terminar a vida em uma instituição de longa permanência para pessoas idosas, é analisada por Michelle Ferret<sup>xx</sup> no ensaio *As ILPIS e o imaginário de velhas e velhas*. A um só tempo temos: o crescimento da população idosa; novos arranjos familiares, nos quais as atividades de cuidados estão perdendo lugar; crescimento do trabalho informal ou pejotizado, que impacta o atual modelo de políticas de Previdência Social; e ILPIS públicas insuficientes para o cenário que se anuncia. No entanto, esse quadro – que poderia ser relativamente solucionado com a construção de ILPIS necessárias – é desafiado pela significação desses espaços como o lugar da tristeza e do abandono, por pessoas idosas ou não. O ensaio traz depoimentos de pessoas que vivem nessas instituições, as sutilezas descritas confrontam a dinâmica técnica da formulação de políticas públicas, resultando em um nó difícil, porém, que necessita de ser desatado. Os dados tratados pela autora, apontam possibilidades para entender as características negativas atribuídas às ILPIS de modo a serem superadas na formulação de políticas públicas para esse fim, oferecendo às pessoas idosas um local de moradia ao qual sintam-se parte, ou ainda, formular políticas de cuidados para que pessoas idosas possam decidir onde viver.

Em resumo: é preciso desenvolver planejamento para as velhices em diálogo com elas. Atividades, programas e políticas de escuta e diálogos com pessoas idosas são tratados como elementares para a revisão dos fundamentos teóricos, éticos e políticos no campo do envelhecimento, conforme trabalhado por Rifiotis, a seguir.

No ensaio de Theophilos Rifiotis<sup>xxi</sup>, *De volta para o futuro: reflexões intempestivas sobre o envelhecimento e Gerontologia*, são articuladas questões éticas, teóricas e políticas sobre o campo do envelhecimento. Partindo de estudos anteriores à pesquisa, o autor aponta para práticas que desqualificam pessoas idosas como sujeito social, fazendo delas simples objetos de assistência. Nessa reflexão, considera-se de um lado, a influência da colonização do pensamento, e de outro, como que essa influência inviabilizaria a ampliação de nossas escutas e olhares sobre as diversidades das trajetórias de vidas, de seus processos de envelhecimentos. É destacada a importância da construção de saberes fundados no diálogo interseccional, atentas à pluralidade dos modos de vida como forma de enfrentarmos os desafios cotidianos recorrentes de um aumento da longevidade e do envelhecimento.

A construção desses saberes foi o princípio do desenvolvimento da presente pesquisa: “Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil”, a pergunta *Por que estudar o envelhecimento no Brasil?* é o título do capítulo que encerra essa publicação. Nesse capítulo, a metodologia da pesquisa é compartilhada por Vilma Bokany<sup>xxii</sup> e Rachel Moreno<sup>xxiii</sup>, além da apresentação da contextualização, justificativa e planejamento da pesquisa, instrumentos, coletas, tipos de amostras, análises etc., o capítulo representa excelente material de referência para pesquisadoras, analistas, estudantes de ciências sociais, pessoas que trabalham com metodologias e/ou gostariam de trabalhar. As pesquisadoras estimulam leitoras e leitores a acessarem a base completa de dados, e aqui está ela: <https://www.sescsp.org.br/pesquisa-idosos-no-brasil-2a-edicao-2020/>, trata-se de uma base estimulante para gerar novos cruzamentos de dados e produzir mais conhecimentos demográficos.

Bokany e Moreno desenvolvem ainda, análises relativas a: 1) Solidão, motivos e consequências: destaca-se que a solidão é uma realidade entre as pessoas idosas entrevistadas. O espaço vago para a sociabilidade tem sido ocupado por atividades em igrejas evangélicas, especialmente pelas mulheres. Essas atividades têm promovido sentido às suas vidas, sensações de que são úteis socialmente e construção de redes de contato; e 2) Coisas boas e ruins do envelhecimento: entre as coisas ruins, destacam-se o preconceito devido à idade, doenças, falta de recursos financeiros para desenvolverem atividades de lazer, no caso das mulheres, além dessas atividades, elas também restringem o consumo dos alimentos que mais gostam. Entre as coisas boas, destacam-se a conquista da aposentadoria e de demais direitos, como assentos preferenciais e passe livre em transportes públicos. Encerrando o livro, temos a Seleção de Gráficos, trata-se de uma seleção cuidadosa com a potência de despertar novas questões e descobertas, pesquisas e proposições.

## Notas

**i** Agência de Notícias IBGE. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em 24/02/2024.

**ii** BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde do Idoso. In: Boletim Temático da Biblioteca do Ministério da Saúde, 2022. Disponível em [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/boletim tematico/saude idoso outubro 2022-1.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/boletim%20tematico/saude%20idoso%20outubro%202022-1.pdf). Acesso em 27/02/2024.

**iii** Doutora em Ciências Sociais e mestra em gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Gestão de Programas Intergeracionais pela Universidade de Granada (Espanha) e em Gerontologia Social pelo Instituto Sedes Sapientiae. Editora da *Revista Longeviver*, do Portal do Envelhecimento.

**iv** Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/idosos-no-brasil-vivencias-desafios-e-expectativas-na-terceira-idade/>. Acesso em 29/02/2014.

**v** Para acessar a pesquisa completa: <https://www.sescsp.org.br/pesquisa-idosos-no-brasil-2a-edicao-2020/>.

**vi** PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo; SILVA, Vanessa Paloma de Lima. Direitos e políticas públicas: considerações sobre a realidade vivenciada por pessoas idosas no Brasil. In: AZEVEDO, Celina Dias. Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil. São Paulo: Edições SESC São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2023, p. 176.

**vii** Socióloga, especialista em análise e gestão de políticas públicas, mestra em Ciência Política. Desenvolve atividades de Design/Gestão de Projetos de Cuidados, Autonomias,



Formação de Pessoas Adultas e Participação Política, com ênfase nos eixos gênero, raça e direitos humanos.

**i** Valmir Moratelli, Jornalista e roteirista. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no qual a pesquisa representa as velhices masculinas; e integrante do Grupo de Pesquisa Narrativas da vida moderna na cultura midiática (Narfic). Autor de quatro livros e diretor do filme para Prateados – a vida em tempos de maturidade (Globoplay, 2021).

**ii** Tatiana Siciliano, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCOM/PUC-RJ), doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e líder do Grupo de Pesquisa Narrativas da vida moderna na cultura midiática (Narfic).

**iii** Solange Maria Teixeira: Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e da graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É líder do Diretório de Pesquisa: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Políticas Públicas, nas linhas de Envelhecimento e Políticas Públicas; Família; Política de Assistência Social e Trabalho Social com Famílias.

**iv** Regiane C. Galante, Gerente Adjunta do Serviço Social do Comércio (Sesc São Carlos/SP), graduada em Educação Física pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Especialista em Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Educação pela UFSCAR e doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**v** “Envelhecimento satisfatório se concentra na pessoa que envelhece, em seus gostos, desejos e interesses, priorizando-a em relação a outros projetos mais racionais ou utilitaristas, que nem por isso devem ser desmerecidos” (p. 78).

**vi** Cinthia Lúcia de Oliveira Siqueira, Fonoaudióloga pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Educação e doutora em Psicologia pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e professora de literatura e teatro na Universidade Aberta na Terceira Idade (UATI). Autora do livro Envelhecimento ativo – a atitude estética como possibilidade de um longeviver criativo, potente e imprevisível e Broa Prosa – um registro de narrativas orais.

**vii** Lisa Valéria Torres, Fonoaudióloga pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) e docente pela mesma instituição. Mestre e doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Gerontologia pelo Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa. Coordenadora do Programa de Gerontologia Social (PGS) da PUC-Goiás. Integra a direção do iLearn 50+, juntamente com a Rede de Universidades da Terceira Idade, de Portugal. Autora do livro Universidade Aberta à terceira idade: lugar de idoso também é na escola.

**viii** Tatiane Bahia do Vale Silva, Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA). Especialista em Gerontologia (CESUPA). Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA), doutora em Epidemiologia em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

**ix** Everaldo Pinheiro da Mota Júnior, Graduado em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pós-graduação na modalidade residência em Saúde da Família, pela Escola de Saúde Pública de Florianópolis (ESP) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Fisioterapeuta pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SMS/Florianópolis).

**x** João Paulo Menezes Lima, Graduado em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestrando em Ensino em Saúde na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará (UESPA). Fisioterapeuta pela Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA).

**xi** “ Processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional a fim de permitir o bem-estar em idade avançada. A manutenção da capacidade funcional de envelhecer é um indicador de saúde, pois sua diminuição pode levar ao comprometimento da qualidade de vida de pessoas idosas e seus familiares, assim como predispor desfechos desfavoráveis como hospitalização, institucionalização e morte. Além disso, é um fator determinante da saúde de pessoas idosas envolvendo tanto aspectos físicos quanto socioemocionais” (p. 106). Ver: OMS, 2015 - Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde.

[https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/186468/WHO\\_FWC\\_ALC\\_15.01\\_por.pdf?sequence=6](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf?sequence=6). Acesso em 26/02/2024

**xii** Marcio Pochmann: Economista, pesquisador e político brasileiro. Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal do ABC (UFABC), foi presidente da Fundação Perseu Abramo de 2012 a 2020, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2007 a 2012 e secretário municipal de São Paulo de 2001 a 2004. Publicou dezenas de livros sobre economia entre eles A década dos mitos (Contexto 2022) e Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe (Boitempo 2006).

**xiii** Geni Núñez, Ativista indígena Guarani, psicóloga, mestre em Psicologia Social e doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. É membro da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogo(as) e coassistente da Comissão Guarani Yvyrupa. Coorganizadora da coletânea Não monogamia LGBTQ+: pensamento e arte livres e autora do e-book Jaxy Jatere: o Saci é Guarani.

**xiv** Ver dados completos: Preocupação com a morte. Pesquisa Idosos no Brasil – 2ª Edição 2020. Disponível em

<https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/5fbd89e9/a2c7/4806/881b/d9cf0e72b283.pdf>.

Acesso em 26/02/2024.

**xv** Gustavo Assano, Dramaturgista de grupos de teatro sediados em São Paulo, mestre em Filosofia e doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa o teatro produzido em São Paulo há mais de 10 anos. Desde janeiro de 2022 escreve periodicamente para o site Outras Palavras.

**xvi** Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Assistente Social e Sanitarista. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenadora Geral do Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania da Pessoa Idosa do Hospital Universitário Oswaldo Cruz da UFPE. Autora do livro intitulado Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital. Coordenadora Geral do Grupo de Estudos sobre Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social.

**xvii** Vanessa Paloma de Lima Silva, Assistente Social, professora e especialista em Psicopedagogia. Membro do Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social da Universidade de Pernambuco (GEEHPTS/UFPE). Docente do Projeto Escola do Estatuto do Núcleo de articulação e atenção integral à saúde e cidadania do idoso (NAISCI).

**xviii** Naylana Paixão: Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Saúde da Pessoa Idosa (Residência Multiprofissional) pela Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública. Mestre e Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnica de Psicologia da Defensoria Pública do estado da Bahia (Núcleo do Idoso).

**xix** Tereza Martins: Assistente social, mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente e doutora em Serviço Social. Coordenou a Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da

Universidade Federal de Sergipe (UFS) de 2015 a 2019. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ/UFS). É professora da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UFS.

**xx** Michelle Ferret, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), jornalista e roteirista.

**xxi** Theophilos Rifiotis, Professor titular do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lecionou na Université de Montréal e na Universidad de Buenos Aires, é pesquisador na RAIV Recherches Appliquées et Interdisciplinaires sur les Violences intimes (Université de Laval, CA). Pesquisador convidado no Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologique da École des Hautes Études en Sciences Sociales (CADIS/EHESS) de Paris, do Centre de Recherche interdisciplinaire sur la Violence Familiale et la Violence Faite aux Femmes (CRI-VIFF) e Centre International de Criminologie Comparée (CICC) da Université de Montréal (Montreal). Realizou pós-doutorado na Université de Montréal e na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Coordenador do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS) e do Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia (GrupCiber) da UFSC.

**xxii** Vilma Bokany, Socióloga, possui mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em que desenvolve pesquisas sobre o tema intolerância, preconceito e discriminação em São Paulo, e participa do Núcleo de Pesquisas Urbanas (NEPUR). Compõem o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos da Fundação Perseu Abramo, desde março de 2021, e coordenou o projeto de pesquisa Idosos no Brasil.

**xxiii** Rachel Moreno, Psicóloga, pesquisadora, especialista em sexualidade humana e em meio ambiente. Atua desde 1974 pelas causas e direitos das mulheres, atualmente focando a transversalidade da questão de gênero. Desde 2006 tem também militado pela democratização da mídia, com publicações e palestras sobre a imagem da mulher na mídia e sua influência sobre imaginário, a naturalização da violência, a imposição de modelos e valores. Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Rede Mulher e Mídia.

### **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**

Celina Dias de Azevedo (org.)

Ano: 2023

Editora: FPA/Sesc

Páginas: 392

[https://portal.sescsp.org.br/loja/11624\\_VELHICES+PERSPECTIVAS+E+CENARIO+ATUAL+NA+PESQUISA+IDOSOS+NO+BRASIL#/content=detalhes-do-produto](https://portal.sescsp.org.br/loja/11624_VELHICES+PERSPECTIVAS+E+CENARIO+ATUAL+NA+PESQUISA+IDOSOS+NO+BRASIL#/content=detalhes-do-produto)

Base completa de dados: <https://www.sescsp.org.br/pesquisa-idosos-no-brasil-2a-edicao-2020/>

---

**Alê Almeida** - É socióloga, especialista em análise e gestão de políticas públicas, mestra em Ciência Política. Desenvolve atividades de Design/Gestão de Projetos de Cuidados, Autonomias, Formação de Pessoas Adultas e Participação Política, com ênfase nos eixos gênero, raça e direitos humanos. Verão, 2024.